



Vale de Cambra
Câmara Municipal

Apostar nas pessoas, ganhando o futuro.

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 2013-11-20



Informação sobre a Actividade Municipal

(18/10 a 12/11/2013)

Designação de vereadores a tempo inteiro e atribuição de áreas de competência:

Por despachos de 18 e 23 de Outubro foram nomeados em regime de tempo inteiro os Senhores Vereadores António Alberto Almeida de Matos Gomes, também designado Vice-Presidente, Maria Catarina Lopes Paiva e Daniela Sofia Paiva da Silva.

Sem prejuízo de eventuais acertos encontram-se desta forma atribuídas as áreas de competência:

Presidente

José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva

- ◆ Obras Municipais
 - Empreitadas
 - Obras por Administração Directa
- ◆ Protecção Civil
- ◆ Juntas de Freguesia
- ◆ Ordenamento do Território
- ◆ Estudos e Projectos
- ◆ Informação Geográfica
- ◆ Gestão de Candidaturas
- ◆ Indústria;
- ◆ Empreendedorismo e apoio ao emprego
- ◆ Imprensa e Relações Públicas
- ◆ Turismo
- ◆ Toponímia
- ◆ Rede Viária, Trânsito e Sinalização
- ◆ Manutenção de equipamentos municipais;
- ◆ Segurança dos Equipamentos Municipais;
- ◆ Ambiente
 - Águas e Saneamento
 - Jardins e espaços verdes
 - RSU
 - Protecção Florestal
 - Ruído

Vereador António Alberto Almeida de Matos Gomes

- ◆ Administração e Finanças
- ◆ Património Imobiliário
- ◆ Expropriações
- ◆ Execuções Fiscais
- ◆ Taxas, Licenças e Expediente Geral
- ◆ Gestão Cemiterial
- ◆ Comércio, Mercados e Feiras
- ◆ Obras Particulares
- ◆ Sanidade Animal e Pecuária
- ◆ Iluminação Pública
- ◆ Gestão de Viaturas

Vereadora Maria Catarina Lopes Paiva

- ◆ Acção social

- ◆ Educação
- ◆ Transportes Escolares
- ◆ Equipamentos Escolares
- ◆ Informática
- ◆ Modernização Administrativa/Qualidade
- ◆ Núcleo de Actas
- ◆ Recursos Humanos
- ◆ SAM
- ◆ Saúde

Vereadora Daniela Sofia Paiva da Silva

- ◆ Associativismo
- ◆ Cultura
- ◆ Desporto
- ◆ Equipamentos Culturais e Desportivos
- ◆ Juventude
- ◆ Património e Museus
- ◆ Metrologia
- ◆ Defesa do Consumidor

- ➔ No dia 11 de Novembro o executivo reuniu com o director do ACES³, Dr Miguel Portela, no sentido de se tentar perspectivar uma solução para alguns problemas relacionados com a Saúde no Município.
- ➔ Também a 11 de Novembro deslocou-se a Vale de Cambra a Deputada à Assembleia da República, Teresa Anjinho, que integra a Comissão Parlamentar da Justiça, acompanhada de uma equipa de reportagem da Revista Visão, tendo sido visitadas a Aldeia da Felgueira, em Arões e Trebilhadouro – Rôge. Houve ainda tempo para reunir com a Senhora Deputada para discussão da Reforma do Mapa Judiciário, tendo-lhe sido transmitidas as preocupações da Câmara Municipal no que se refere ao modelo previsto, designadamente para o Município de Vale de Cambra, onde se prevê que se mantenha apenas uma secção de competência genérica de acordo com o anteprojecto de decreto-lei ainda em análise. Foram-lhe também transmitidas as preocupações da Câmara Municipal no que se refere à Saúde no Município, com o pedido que fizesse chegar as mesmas junto do Governo.
- ➔ A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente ou Vereadores em Regime de Tempo Inteiro nos seguintes eventos ou reuniões:
 - 20 de Outubro - acompanhamento da visita do Senhor Bispo de Viseu, D. Ilídio Leandro à Paróquia de Arões, a convite do Reverendo Pe. Eurico Sousa;
 - 25 de Outubro – reunião de trabalho na ADRIMAG;
 - 28 de Outubro – reunião de trabalho na AMTSM;
 - 29 de Outubro – reunião do Conselho Metropolitano da Área Metropolitana do Porto, para entre outros assuntos, eleição do respectivo Presidente;
 - 31 de Outubro – Visita com a ADRIMAG ao Trebilhadouro;
 - 2 de Novembro na cerimónia de homenagem ao Dr Manuel Luciano da Silva, com

entrega de placa pelo Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Dr José Cesário;

- 5, 6 e 7 de Outubro – Deslocação a Bruxelas, integrando a comitiva da ADRIMAG, para receber a Carta Europeia de Turismo Sustentável;
- 8 e Novembro - na assinatura da escritura pública de compra dos bens da Casa de Saúde Almeida Pinho, pela Fundação Luiz Bernardo de Almeida, a convite desta Instituição;
- 8 de Novembro - na entrega de diplomas pelo Instituto de Línguas;
- 9 de Novembro - na abertura da Feira da Castanha, a convite da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões;
- 9 de Novembro - no jantar de S. Martinho, promovido pela Casa do Professor;
- 10 de Novembro – na entrega de troféus do Torneio das Vindimas, promovido pelo Grupo Desportivo Estrelas Vermelhas;

Participação em Sociedades/Associações de Municípios....

Sociedade	N.º Acções	Valor (€)	Resultado
Lusitaniagás	779	3 895,00	
Ersuc	9 231	46 155,00	
Municipia, SA	5 000	24 939,90	
FORESP		10 000,00	

Associações de Municípios

Associação	Comparticipação financeira Valor em Euros	Quota €	Obs.
A.M.T.S.M.	Variável de acordo com os projetos em curso		
ADRIMAG (As. de Desenv. Rural Integrado das Serras de Montemuro, Arada e Gralheira)	Variável	29,88	
ADREV (Associação de Desenvolvimento Regional de Entre Douro e Vouga)		1 496,40	
ANMP		5 435,00	
Área Metropolitana do Porto		20 730,95	
Energaia		2 489,76	7200 unidades de participação – valor a actualizar anualmente.

Situação Financeira da Câmara Municipal:

Receita:

Cobrada: € 16 613 387,11

Paga: € 15 138 897,23

Contabilidade Geral:

Saldo das contas de disponibilidades (contas 11 e 12 excepto operações de tesouraria):	€ 1 474 489,88(D)
Saldo da conta 22 – Fornecedores:	€ 645 754,74(C)
Saldo da conta 23 – Empréstimos m/l prazo	€ 12 443 133,54(C)
Saldo da Conta 26.1 – Fornecedores de Imobilizado:	€ 1 595 649,36(C)
Saldo da Conta 26.8 – Outros Devedores e Credores (excepto operações de tesouraria)	€ 785 091,86(C) € 548 068,20 (D)
Saldo total da Classe 2 (excepto operações de tesouraria e acréscimos e diferimentos):	€ 15 916 618,67(C)
Saldo da Conta 41 – Investimentos Financeiros:	€ 125 619,00(D)

Processos judiciais pendentes e seu estado actualizado

Processos de Expropriação que se encontram a aguardar decisão no Tribunal Judicial de Vale de Cambra:

Obra de: Parque Urbano/Valorização Ambiental da envolvente do Rio Viques – 1ª Fase:

- Parcela 1 – Clementina Tavares e Outros (Processo Nº 366/08.4TBVLC – 1º Juízo)
- Parcela 2 – Martinho da Rocha Nadais (Processo Nº 465/08.2TBVLC – 1º Juízo)
- Parcela 4 – Milfep – Compra e Venda de Imóveis (Processo Nº 550/08.0TBVLC – 2º Juízo)
- Parcela 6 – Camilo Soares de Almeida (Processo Nº 479/08.2TBVLC – 1º Juízo)
- Parcela 7 – Maria Amélia Pinto Ribeiro e Filhos (Processo Nº 473/08.3TBVLC – 1º Juízo)
- Parcela 10 – Maria Teresa Coutinho dos Santos Pinho (Processo Nº 478/08.4TBVLC – 1º Juízo)
- Parcela 11 – Martinho da Rocha Nadais (Processo Nº 585/08.3TBVLC – 1º Juízo)
- Parcela 14 - Maria Amélia Coutinho Santos P. Sousa Dias (Processo Nº 471/08.7TBVLC – 2º Juízo)
- Parcela 15 – Fernando José Pinho Pinheiro Leite (Processo Nº 477/08.6TBVLC – 2º Juízo)
- Parcela 16 – Francisco Fernandes Cubal (Processo Nº 468/08.7TBVLC – 1º Juízo)
- Parcela 17 – Herdeiros de Faustino Cardoso Araújo (Processo Nº 586/08.1TBVLC – 2º Juízo)
- Parcela 18 - Camilo Soares de Almeida (Processo Nº 475/08.0TBVLC – 2º Juízo)
- Parcela 20 – Francisco Fernandes Cubal (Processo Nº 589/08.6TBVLC – 2º Juízo)

Parcela 21 – Maria Tavares da Silva e Outros (Processo Nº 548/08.9TBVLC – 1º Juízo)
Parcela 22 - Maria Amélia Coutinho Santos P. Sousa Dias (Processo Nº 546/08.2TBVLC – 2º Juízo)
Parcela 23 – Ilda Martins Cubal (Processo Nº 476/08.8TBVLC – 1º Juízo)
Parcela 68 - Martinho da Rocha Nadais (Processo Nº 469/08.5TBVLC – 2º Juízo)
Parcela 82 – Manuel António Nunes Assunção (Processo Nº 551/08.9TBVLC – 2º Juízo)
Parcela 84 – Emídio Correia Lameira (Processo Nº 584/08.5TBVLC – 2º Juízo)
Parcela 86 – António Martins de Pinho (Processo Nº 547/08.0TBVLC – 1º Juízo) – Foi proferida sentença definindo o valor da justa indemnização no montante de 31 600,00€, tendo sido apresentado recurso pelo Município de Vale de Cambra

Parcela 87 - Maria Teresa Coutinho dos Santos Pinho (Processo Nº 553/08.5TBVLC – 1º Juízo)
Parcela 88 – Adelino Pinheiro de Castro e Outros (Processo Nº 467/08.9TBVLC – 1º Juízo)
Parcela 89 - Adelino Pinheiro de Castro e Outros (Processo Nº 544/08.6TBVLC – 1º Juízo)
Parcela 98 – José Moreira da Costa (Processo Nº 460/08.1TBVLC – 2º Juízo)
Parcela 100 – José Fernandes de Almeida (Processo Nº 545/08.4TBVLC – 2º Juízo)
Parcela 107 – António da Costa Lamego (Processo Nº 474/08.1TBVLC – 2º Juízo)
Parcela 110 – Herdeiros de Fernando Silveira (Processo Nº 480/08.6TBVLC – 2º Juízo)
Parcela 111 – Armindo Soares de Almeida (Processo Nº 552/08.7TBVLC – 2º Juízo)

Obra de: Zona Industrial de Lordelo/Codal:

Parcela 1001 – Herdeiros de José Tavares (Processo Nº 364/08.8TBVLC – 2º Juízo)
Parcela 1002 – Herdeiros de João de Sousa Pinto (Processo Nº 450/08.4TBVLC – 2º Juízo)
Parcela 1003 – Herdeiros de Maria José Vieira Braga (Processo Nº 503/07.6TBVLC – 1º Juízo)
Parcela 1005 – Majomartins (Processo Nº 379/08.6TBVLC – 2º Juízo)
Parcela 1019 – Luís Maria Castelo Branco Assis Teixeira (Processo Nº 398/08.2TBVLC – 1º Juízo) – Foi proferida sentença, da qual foi apresentado recurso pelo expropriado.

Processo 452/08.0TBVLC (1.º Juízo)

Autor: Manuel António Fernandes de Pina

Réu: Real Seguros e outro(s)..

Audiência de discussão e julgamento agendada para 11 de Abril de 2013.

A Câmara Municipal foi absolvida do pedido, tendo a junta de freguesia e o lesado apresentado recurso.

Processo 63/11.3TBVLC – 1.º Juízo

Autor: Ernesto Tavares Ferreira

Réu: Município de Vale de Cambra

Acção Declarativa com Processo Sumário

Requerendo a devolução de parcela de que o R. se apropriou reconstituindo-a no que se refere a configuração, área e morfologia como se apresentava antes das obras executadas pelo R. ou em alternativa requer o pagamento da importância de 15 000,00€ a título de indemnização pela “expropriação de facto”; 1200,00€ pela ocupação da parcela desde o ano de 2008 e 5000,00€ pelo danos não patrimoniais que o R. lhe causou.

Foi proferida sentença negando provimento à acção, tendo sido apresentado recurso da mesma pelo autor (2013-06-17).

Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu:

Processo n.º 225/04.OTA09918

Acção administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos interposta por Maria Edite Godinho de Matos Oliveira Pinto (e outros)

Acção administrativa especial de pretensão conexa com actos administrativos interposta por Maria Edite Godinho de Matos Oliveira Pinto (e outros) para impugnação da deliberação da Câmara Municipal de 22-10-2002 que deferiu o pedido de viabilidade construção de anexo apresentado por José Manuel Bastos e do despacho do Vereador das Obras Particulares que deferiu o pedido de licenciamento apresentado em 04-11-2003 por José Manuel de Bastos.

Foi concluída a audiência de julgamento. Foram apresentadas alegações de direito (2007-04-19);

Sem alteração.

P.º 503/04 8BEVIS

Acção administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos interposta por Maria Edite Godinho de Matos Oliveira Pinto e outro.

Por sentença proferida em 10 de Maio de 2012 foram absolvidos da instância o réu, Município de Vale de Cambra e o contra-interessado, José Manuel de Bastos por ter sido dada procedência à excepção de caducidade do direito da acção.

Foi entretanto interposto recurso da decisão proferida pelos Autores.

Foi proferido Acórdão pelo TCA Norte que concedeu parcialmente provimento ao recurso e em consequência revogou a decisão judicial recorrida apenas no segmento em que julgou procedente a excepção de caducidade do direito de acção (fundamento de pretensa violação dos artigos 65.º do PDM e 10.º do RMUE) e determinou o envio de processo ao TAF de Viseu para prosseguimento da acção.

Em 19-08-2013 O T.A.F.V. julgou improcedente a acção e absolveu o Município de Vale de Cambra e o contra-interessado, decisão da qual foi interposto recurso para o TCA Norte.

Processo n.º 1092/06.4BEVIS

Autores: Constantino Luís de Almeida e Outros

Contra-interessados: Eng.º José Fernando Seca Brito Reis e Outros;

Ré: Associação de Regantes de Burgães

Solicitando a anulação do acto proferido pela Comissão Administrativa da Associação de Regantes e Beneficiários de Burgães de 2 de Fevereiro de 2002 que autorizou a Uniagri II, a colocar um tubo de 4 polegadas de diâmetro enterrado a 20 cm de profundidade pelo fundo do canal desde o açude do Rio Caima até ao Matadouro.

O Tribunal determinou que os autores identificassem a Uniagri II e para requererem a sua citação para contestar a presente acção, ao que foi dado cumprimento.

Processo n.º 1639/06.6BEVIS

Autor: Abel Tavares Ferreira

Réu: Município de Vale de Cambra

Pedido de condenação do Município no pagamento de uma indemnização no montante de 12 922,00€, acrescida de juros pelos danos resultantes do acidente de viação ocorrido em 23 de Abril de 2005 na via de ligação Vila Cova de Perrinho – Algeriz, alegadamente em consequência da existência de um lençol de água não sinalizado na via.

Foi concluída a audiência aguardando-se que seja proferida sentença.

Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro

Processo n.º 458/10.0BEAVR

Autor: Andreia Filipa Fernandes Soares

Réu – Município de Vale de Cambra (e outros)

Requer o pagamento de indemnização por danos patrimoniais e não patrimoniais em consequência de acidente ocorrido na E.N. 328, Km 1,800, em 20 de Setembro de 2002.

Foi deduzida contestação.

Aguarda marcação de julgamento, tendo sido entretanto

Proc.º n.º 1265/10-5BEAVR

Autor: STAL em representação do associado Pedro Manuel Almeida Valente

Réu: Município de Vale de Cambra

Acção administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos

Requerendo a anulação dos seguintes despachos proferidos pelo presidente da câmara municipal:

15/09/2010 – que determinou o posicionamento remuneratório do seu associado, enquanto técnico superior, na 5.ª posição remuneratória; de 16-11-2010, pelo qual foi homologada a classificação que lhe foi atribuída no procedimento de ponderação curricular; de 10-12-2010, que negou provimento à reclamação apresentada na sequência da classificação que lhe foi atribuída no procedimento de ponderação curricular reportado a 2006.

Foi proferido despacho saneador. Aguarda prazo para apresentação de alegações escritas.

Processo 235/11.0TBVLC

Autor: Manuel Magalhães e Silva e outro(s)

Réu: Junta de Freguesia de Rôge e outros

Acção de Processo Sumário

Requerendo a condenação solidária dos Réus, Junta de Freguesia de Rôge e Município de Vale de Cambra a "reconhecer que os AA. são donos e legítimos proprietários do prédio que indicam no artigo 1.º da petição, a repor o aludido prédio no estado em que se encontrava antes das obras de escavação e da apropriação que nele fizeram numa área de 228m², restituindo-a aos AA, ou, na impossibilidade de reposição "in natura", a pagar aos AA pela área de terreno apropriada, a indemnização de 17 000,00€; a pagar aos AA pelos prejuízos causados com a sua atuação (...) a quantia de €3000,00 – A pagar aos AA. a título de danos não patrimoniais, a indemnização de €8 000,00".
Aguarda marcação de julgamento.

Processo 443/11.4BEAVR

Autor: STAL

Réu: Município de Vale de Cambra

Acção Administrativa Especial

Requerendo a impugnação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de 01-02-2011.

Foi apresentada contestação.

Processo n.º 668/11.2BEAVR

Autor: STAL

Réu. Município de Vale de Cambra

Acção administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos

Requerendo a impugnação do despacho da Vereadora em regime de tempo inteiro da Câmara Municipal de Vale de Cambra, de 15-04-2011 (avaliação de desempenho).

Foi interposto recurso da decisão proferida que foi favorável ao Autor. (2013-06-17)

Processo n.º 943/11.6BEAVR

Autor: Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local

Réu: Município de Vale de Cambra

Acção Administrativa especial de pretensão com atos administrativos

Requerendo a impugnação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de 16-09-2011, que negou provimento a reclamação apresentada por um sócio do Autor sobre a sua avaliação de desempenho referente ao ano de 2010.

Foi apresentada contestação.

Processo n.º 944/11.4BEAVR

Autor Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local

Réu: Município de Vale de Cambra

Acção administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos

Requerendo a impugnação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de 16-09-2011 que negou provimento a uma reclamação apresentada por um sócio do Autor sobre a sua avaliação de desempenho referente ao ano de 2010.

Foi interposto recurso da decisão proferida que foi favorável ao Autor. (2013-06-17)

Processo n.º 347/12.3BEAVR

Autor: Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local

Réu: Município de Vale de Cambra

Acção administrativa especial de pretensão conexa com actos administrativos

Requerendo a impugnação da deliberação da Câmara Municipal de 13-12-2011, com os fundamentos

invocados (processo disciplinar).

Foram apresentadas alegações escritas.

Processo n.º 349/12.EBEAVR

Autor: Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local

Réu: Município de Vale de Cambra

Acção administrativa especial de pretensão conexa com actos administrativos

Requerendo a impugnação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de 13-12-2011 (posicionamento remuneratório de trabalhador).

Foi interposto recurso da decisão proferida que foi favorável ao Autor. (2013-06-17)

Processo n.º 817-A/2002

Autor: António Tavares e outros

Réu: Câmara Municipal de Vale de Cambra

Requerendo o pagamento de juros de mora no que se refere ao Processo 817/2002.

A acção foi considerada improcedente, tendo o Município sido absolvido. Foi interposto recurso pelo Autor tendo a acção subido para o TCA Norte.

Processo n.º 823/12.8BEAVR

Autor: Alberto Couto Alves, S.A.

Réu: Município de Vale de Cambra

Requerendo a aceitação, por falta de pronúncia do réu no prazo legal, do pedido de prorrogação de prazo datado de 15-05-2012, pelo qual o prazo de conclusão da empreitada se fixou em 07-10-2012.

Requerendo ainda o pagamento de diversas quantias, referentes a trabalhos adicionais, suprimento de erros e omissões do projecto e indemnização pelos custos suportados pela Autora com a prorrogação do prazo da obra.

Foi apresentada tréplica. (2013-06-17)

Foi realizada uma transacção parcial (homologada em 01-10-2013) com redução do pedido por parte do Autor.

Processo n.º 946/12.BEAVR

Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos (2012-11-13)

Autor: STAL

Réu: Município de Vale de Cambra

Requer a impugnação do Despacho do Presidente da Câmara Municipal de 06-06-2102, que homologa a classificação de serviço referente ao ano de 2011 do sócio do Autor, Arménio Tavares Quintal Lopes.

Foi apresentada contestação.

Processo n.º 960/12.9BEAVR (2012-11-19)

Autor: STAL

Réu: Município de Vale de Cambra

Requerendo a impugnação do despacho da Vereadora da Câmara Municipal de 27-06-2012, que negou provimento a um requerimento de Fernando Jorge Oliveira para alteração da posição remuneratória,

por opção gestonária, e com efeitos retroactivos, tendo em consideração que a avaliação de desempenho de que tomou conhecimento em 2011 o coloca em situação de igualdade com outros trabalhadores da Câmara Municipal.

Foi interposto recurso da decisão proferida que foi favorável ao Autor. (2013-06-17)

Processo n.º 1019/12.4BEAVR, (2012-12-13)

Autor: STAL

Réu: Município de Vale de Cambra

Requerendo a impugnação dos despachos do Presidente da Câmara Municipal de 31 de Julho de 2012, e do Vereador da Câmara Municipal em regime de tempo inteiro de 02 de Agosto de 2012, que determina o trabalho por turnos de sócios do Autor afectos ao Serviço de Águas.

Aguarda prazo para apresentação de alegações escritas.

Processo n.º 1018/12.6BEAVR (2012-12-13)

Autor: STAL

Réu: Município de Vale de Cambra

Requerendo a impugnação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de 31 de Julho de 2012, que determina o trabalho por turnos de sócios do Autor afectos ao Serviço de Águas.

Aguarda prazo para apresentação de alegações escritas.

Processo n.º 1023/12.2BEAVR (2012-12-18)

Autor: Alberto Couto Alves, SA

Réu: Município de Vale de Cambra

Requerendo a impugnação do acto de aplicação de sanções contratuais no valor de € 147 594,00, praticadas pelo Município, no âmbito da empreitada "Parque Urbano/Valorização Ambiental na Envolvente do Rio Vigues – 2.ª fase". Foi apresentada contestação.

Processo n.º 209/13.7BEAVR

Autor: Leonel José Martins

Réu: Câmara Municipal de Vale de Cambra (e Bernardo Tavares Fernandes e mulher)

Requerendo que os RR sejam condenados à prática de acto devido – demolição da obra levada a efeito no lugar de Passô junto à habitação do A.

Foi apresentada contestação.

Processo n.º 382/13.4BEAVR

Autor: Abel Martins Rodrigues

Réu: Câmara Municipal de Vale de Cambra

Requerendo:

- ➔ a declaração de nulidade – invalidade dos actos praticados no processo Generi 38/08;
- ➔ O reconhecimento de que as obras realizadas não necessitam de licenciamento, bem como o deferimento tácito dos requerimentos apresentados;
- ➔ Indemnização no valor de 20 000,00€ por danos patrimoniais e 15 000,00@ por danos não patrimoniais, num total de 35 000,00 acrescidos de juros à taxa legal em vigor.

Foi apresentada contestação.

Processo n.º 833/13.8BEAVR

Autor: STAL

Réu: Município de Vale de Cambra e outros

Providência Cautelar

Requerendo a suspensão do acto administrativo – despacho do presidente da câmara municipal de 18-09-2013, relativo ao horário de trabalho a praticar com a entrada em vigor da Lei 68/2013.

Esta providência produz efeitos em relação aos trabalhadores do Município associados do STAL.

Por despacho de 2013-10-25 foi o referido despacho revogado ao abrigo do disposto no artigo 135.º, n.º 2 do RCTFP.

Processo n.º 904/13.0BEAVR

Autor: Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais

Réu: Câmara Municipal de Espinho (e outros)

Requerendo a condenação dos RR a cessar qualquer acção ou omissão, por acto administrativo, regulamento ou contrato, revogando aqueles já adoptados, por si ou pelos serviços por si tutelados, designadamente as Escolas e Agrupamento de Escolas neles integrados, pela qual se aplique aos associados dos RA o regime legal da Lei 68/2013, de 29 de Agosto, que estabelece o período normal de trabalho dos trabalhadores com contrato em funções públicas em 40 horas semanais, ou se diferente foi o entendimento anulando-os o tribunal (2013-11-12).

Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto

Processo 356/13.5BEAVR

Autor: Universidade Católica do Porto

Réu: Município de Vale de Cambra

Requerendo a condenação do Réu ao pagamento do montante de 3 903,41€ (factura de 2011 com pagamento em atraso) acrescido de juros bem como nas custas e procuradoria condigna a favor da ~~da~~ Autora.

Por sentença proferida em 2013-07-12 foi extinta a instância por inutilidade superveniente da lide.

Processo n.º 676/13.9BEAVR

Autor: Serafim Soares de Almeida (e outros)

Réu: Município de Vale de Cambra

Requerendo a condenação do Réu ao pagamento aos AA o valor de 55 000,00€, valor dos trabalhos de reparação da sua habitação, danificada alegadamente por força das obras de "melhoramento do Parque da Cidade", e "construção das várias Vias Variantes a Vila Chã", bem como ao pagamento por danos morais no valor de 5 000,00€, acrescidos de juros à taxa legal. (2013-09-19)

Foi apresentada contestação.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA
Presente na sessão de 20.11.2013

Vale de Cambra, 2013-11-12

O Presidente



José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva